

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

Aceitei publicar agora de novo, sem qualquer alteração, a minha dissertação de pós-graduação (Curso Complementar de Ciências Histórico-Jurídicas), acabada de redigir em meados de 1967 e publicada em primeira edição pela Livraria Almedina em 1968, pouco depois de realizadas as provas públicas de conclusão do Curso.

Devo ao Doutor António Ferrer Correia a indicação do tema da dissertação: *O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais*. O trabalho de investigação decorreu entre Novembro de 1962 e fins de Setembro de 1963, uma vez que no dia 4 de Outubro iniciei o cumprimento do serviço militar obrigatório, Concluído este em Maio de 1966, regressei a Coimbra e à Faculdade de Direito.

Com efeito, em Novembro de 1965 o Conselho Escolar da Faculdade convidou-me para segundo-assistente, convite que aceitei. A PIDE, porém, tinha outro projecto para a minha carreira profissional e vetou a celebração do contrato. O Director da Faculdade, Doutor Afonso Queiró, prometeu-me que se iria empenhar no sentido de ser ultrapassado este obstáculo ao meu ingresso no corpo docente da Faculdade de Direito de Coimbra. Apesar deste empenhamento, a oposição da PIDE mantinha-se de pé, passados oito meses, quando passei à disponibilidade como oficial miliciano da Marinha.

Precisava de dar um rumo à minha vida, tanto mais que, nessa altura, já estava casado e tinha um filho. Procurei de novo o Doutor Queiró. Garantiu-me então que eu acabaria por ser contratado, ou ele deixaria de ser Director da Faculdade de Direito de Coimbra. E, perante o meu interesse em seguir a carreira universitária, sugeriu que eu ficasse a trabalhar na Faculdade, com uma bolsa de estudo da Fundação Rangel de Sampaio de montante equivalente ao ordenado líquido de um segundo-assistente, até que a oposição da PIDE fosse ultrapassada e eu fosse contratado. Confiado no empenho pessoal e no peso político do Doutor Queiró, que, como Director da Faculdade, interpretava, sem

dúvida, a este respeito, o sentir da Escola, resolvi aceitar a sugestão. Instalei-me em Coimbra e comecei a trabalhar.

A PIDE e o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes (o Dr. João de Almeida, para que conste, foi o último a ceder) acabaram por ceder, mas só em Dezembro de 1966. Em 6 de Janeiro de 1967 tomei posse, finalmente, como segundo-assistente da Faculdade de Direito de Coimbra. Neste intervalo de tempo, entre Maio de 1966 e Maio de 1967, concluí a investigação que tinha interrompido em 1963 e redigi a dissertação sobre o direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais.

O exame (realizado em 11 de Março de 1968) correu bem e o Doutor Ferrer Correia foi generoso nos elogios que fez ao meu trabalho. No dia seguinte, fui chamado ao gabinete do Doutor Afonso Queiró. Felicitou-me, como Director da Faculdade, pela qualidade da tese, de que lhe tinha falado o Doutor Ferrer. E propôs-me, como administrador da Atlântida Editora, a edição da tese nesta casa editora.

Agradei-lhe, naturalmente, as felicitações e a proposta. Mas, quanto a esta, tive de dizer-lhe que só a aceitava sob condição. Que condição era esta? Só aceitava que fosse a Atlântida a editar a tese se a Livraria Almedina não estivesse interessada na edição. Porque, em igualdade de condições, entendia ser meu dever moral dar preferência à Livraria Almedina. Tinha, por isso, de falar primeiro com o Sr. Machado.

O Doutor Queiró não me perguntou quais as razões que me levavam a assumir esse dever moral. Mas eu entendi que lhas devia revelar, por consideração para com ele e como homenagem ao Sr. Machado. Darei aqui conta dessas razões, para, de novo e publicamente, prestar homenagem ao Sr. Joaquim Machado, proprietário da Livraria Almedina.

Em 1956 (já lá vão quase cinquenta anos...) tinha eu uns dezasseis anos e era aluno do Liceu D. João III. Recebia uma bolsa de estudo mensal de 300\$00 paga dez meses por ano e tinha almoço gratuito na cantina do Liceu. O dinheiro de que dispunha, já se vê, dava para muito pouco. Mas a curiosidade levava-me, de quando em quando, a visitar a Livraria Almedina, no seu berço primeiro, no cantinho fronteiro ao Arco de Almedina. E lá passava algum tempo a namorar os livros e a ler, às vezes, capítulos inteiros de alguns deles.

Um dia, o Sr. Machado veio ter comigo e perguntou-me se eu era estudante do liceu. Respondi-lhe que sim. Pois, mas não tem dinheiro para comprar livros, não é? Eu,

embaraçado, respondi secamente: é. Vamos fazer um contrato, diz-me o Sr. Machado. Você vê os livros e leva aqueles de que gostar mais. E paga quando puder e como puder. Você é que sabe o dinheiro de que pode dispor; por isso é você quem decide os livros que pode comprar. Vai ver que tudo há-de dar certo. Eu fiquei sem palavras. Contento que nem um alho, porque aquele senhor com quem eu nunca sequer tinha falado confiava em mim, tratava-me como um adulto (na verdade, eu creio que fui adulto desde tenra idade, pelo menos assim me considerei desde muito cedo). Mas, ao mesmo tempo, preocupado pela responsabilidade que acabava de assumir, porque, no mais íntimo de mim mesmo, logo resolvi que aceitava aquele contrato. A emoção que senti deve ter sido tão forte que não guardo na memória uma só palavra do que, presumo eu, devo ter respondido ao Sr. Machado. Espero que, ao menos, lhe tenha agradecido. Mas o que é certo é que, a partir daí, comecei a comprar alguns livrinhos para a minha biblioteca. Conservo-os ainda hoje. Os livros da Coleção Clássicos Portugueses (Livraria Clássica Editora) e os Cadernos da SEARA NOVA custavam 7\$50. Mas recordo-me de comprar alguns a 6\$00. E lá os ia pagando: 2\$50 hoje, 5\$00 no mês seguinte...

Poderá dizer-se que esta é uma história que retrata bem a Coimbra daquele tempo, uma Coimbra que já não existe. É provável. Mas ela tem um herói de carne e osso, um livreiro dinâmico e competente, um homem sensível que não esqueceu as suas origens, o Sr: Joaquim Machado. Eu fui a personagem secundária desta história, o pretexto para que ela pudesse ter-se desenrolado. E eu era então um rapazinho pobre e tímido, que quase não tinha saído de Pinhel, a cidadezinha onde nasci (a não ser para ir à Guarda, por três vezes, fazer os exames de admissão ao liceu, do 2º ano e do 5º ano), que tinha chegado à ‘cidade’ uns meses antes e aqui vivia sozinho num quarto arrendado na Couraça da Estrela, nº 12, na casa que faz esquina com a Rua da Alegria, onde me tratavam por Senhor Nunes.

Creio que fica agora clara a razão por que assumi o imperativo moral de dar prioridade à Livraria Almedina quando chegou o momento de editar o meu primeiro livro. Falei com o Sr. Machado, mas não lhe contei nada disto (creio mesmo que nunca lhe tinha contado esta história, meu caro Machado, ou estou enganado. Disse-me que estava interessado na edição da tese e fez-me uma proposta mais vantajosa para mim do que a apresentada pela Atlântida. Nem sequer teve de intervir o argumento afectivo como critério de desempate. Até hoje, aquele é o contrato de edição que vigora entre mim e a Livraria Almedina.

Assim veio a lume o livro agora reeditado. Entretanto, pela mão do Doutor Teixeira Ribeiro, a minha carreira académica orientava-se, já nessa altura, para a área das Ciências Económicas. A minha primeira tese universitária ficou, assim, desde o primeiro momento, entregue a si própria, sozinha na luta pela vida, sem poder contar com o meu acompanhamento ou o meu apoio.

Devo ao meu Colega e Amigo António Agostinho Caeiro – que aqui recordo com muita amizade e muita saudade – as informações, que periodicamente me trazia, acerca do acolhimento que os meus pontos de vista iam tendo, nomeadamente junto dos tribunais. Lembro-me bem da satisfação com que, certa vez, me informou de que a minha tese fora abundantemente citada e seguida numa tese de doutoramento apresentada em Madrid (por um autor; se não erro, de apelido Garcia Villaverde). Lembro-me também do dia em que, com a revista na mão, me veio dizer que a tese vinha referenciada na *Rivista delle Società*.

A edição de 1968 esgotou-se relativamente depressa. Entretanto, a legislação sobre as sociedades comerciais foi radicalmente alterada. As ideias que eu defendo na tese lá foram fazendo o seu percurso e eu fui-me esquecendo do livro e até das ideias lá expressas.

Até que, no fim dos anos oitenta ou talvez já no início da década de noventa do século pretérito, um advogado com bom nome na profissão me procurou a pedir-me um parecer sobre um problema de exclusão de sócios que tinha entre mãos. Disse-lhe imediatamente que não podia dar o parecer, porque não era especialista em Direito Comercial. Ao que ele respondeu que eu era especialista em exclusão de sócios e autor do único livro sobre a matéria publicado em Portugal, livro onde era abordado o problema em causa. Fiquei espantado. Mas então – perguntei –, passados tantos anos, a minha tese ainda tem voz activa nestes assuntos? Garantiu-me que sim e que, a ver dele, a solução do caso que me colocava estava lá. Se assim é, dou-lhe uma sugestão, rematei eu: transcreva da tese o que servir para a sua argumentação, porque eu não posso dar-lhe o parecer que pretende. E assim ficámos. Desconheço em absoluto como evoluiu a questão.

Uns anos mais tarde, o Prof. Alfredo de Assis Gonçalves Neto (Professor Titular de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ao ser-me apresentado em Curitiba, disse-me do seu gosto em me conhecer pessoalmente, porque conversava frequentemente comigo através da minha tese, quer como professor quer como advogado. Que interesse tem uma tese de Economia (pensei que se referia à minha

tese de doutoramento, sobre o ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’) para um advogado e professor de Direito Comercial, perguntei eu? Não, diz ele, refiro-me à sua tese sobre exclusão de sócios, que é, entre nós, a “bíblia” a que sempre recorremos nesta matéria. Fiquei pelo menos tão estupefacto quanto satisfeito pela notícia. Fiquei também como que envergonhado, de consciência pesada, por ter abandonado aquele ‘filho’, que, afinal, mesmo abandonado pelo pai, continuava a lutar por um lugar na vida, mesmo longe do torrão natal.

Em outras ocasiões ouvi, no Brasil, idênticas referências à minha velha tese, por parte de professores, advogados e magistrados brasileiros. Um dia, porém, creio que em Março ou Abril de 2000, a conversa deu lugar à acção. Estando de visita a uma Universidade brasileira (a UNICID – Universidade Cidade de São Paulo, um seu professor, que preparava o doutoramento na USP (Universidade do Estado de S. Paulo) em Direito das Sociedades Comerciais, procurou-me para falar da actualidade da minha tese no Brasil e da utilidade que teria a sua edição neste País. Colhido de surpresa, não fui capaz de me defender da argumentação cerrada que fez em favor de uma edição brasileira de *O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais*. O que levou o meu interlocutor a concluir: então o senhor autoriza que eu trate do assunto com a editora? Com uma condição, objectei de rompante, talvez convencido de que assim ‘matava’ o assunto: o Colega faz um prefácio para a edição brasileira a explicar por que razão vale a pena ressuscitar esse cadáver tantos anos depois. A verdade é que o Prof. Renato Ventura Ribeiro fez o prefácio e a Editora Cultural Paulista editou o livro em 2001.

Ainda em 2001, o Dr. Pedro Maia, meu Colega na Faculdade de Direito de Coimbra e especialista em Direito das Sociedades, sugeriu-me um dia a reedição da minha tese sobre exclusão de sócios, porque continuava a ser útil e a ser procurada. Idêntica sugestão foi-me feita, mais tarde, pelo Dr. Manuel Nogueira Serens, também meu Colega na Faculdade, com provas dadas no campo do Direito Comercial. Fiz orelhas moucas, apesar do muito respeito que me merecem as opiniões destes dois Colegas.

Acontece que, no dia 9 de Março de 2002, no final de um Colóquio que decorreu na Faculdade de Direito de Coimbra, o Doutor Ferrer Correia me chamou para me dizer que eu devia reeditar a minha tese sobre o direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais, porque, a seu ver, ela continuava a ser importante e não perdera actualidade. Fale com a Almedina, concluiu o Doutor Ferrer. O Sr. Doutor diz-me isso? Já outras pessoas me sugeriram isso mesmo..., comentei eu. Só prova que são pessoas atentas e que

sabem do que falam, rematou o Doutor Ferrer.

A autoridade do Mestre e o tom pensado e definitivo com que me colocou a questão convenceram-me a seguir o seu conselho. Dias depois, “falei com a Almedina” e a reedição aí está. Sem necessidade, agora, de qualquer prefácio a justificá-la, porque a opinião autorizada do Doutor Ferrer Correia vale mais do que qualquer prefácio.

É claro para mim que eu não escreveria hoje certas coisas que então escrevi. Mas não faria sentido, tantos anos depois, introduzir uma ou outra alteração, retirar ou modificar uma ou outra frase.

E não saberia hoje reescrevê-lo por inteiro, de modo a ter em conta o muito que entretanto mudou. Creio, de resto, que não se justificaria que o fizesse. Se ele pode ser útil ainda, tal como o escrevi em 1967, ele aí está.

Esta reedição permite-me a oportunidade de prestar homenagem a alguns amigos que me são queridos e que conheci em Coimbra, fora da comunidade universitária. Em primeiro lugar, pelo que acima digo, o meu velho Amigo Joaquim Machado. A par dele, quero lembrar também o Alberto Januário, o Dr. Álvaro Seiça Neves e o Dr. Ivo Cortesão.